

Recessões do período 1939-1945: ciclos agrícolas numa economia de guerra

Recessão | PICO: 1939 - CAVA: 1940.

Recessão | PICO: 1944 - CAVA: 1945.

A volatilidade dos ciclos agrícolas, as dinâmicas da economia de guerra (incluindo os racionamentos e os obstáculos ao comércio internacional) e a neutralidade de Portugal no conflito, fizeram deste um período singular, em comparação com outros países nesta altura, ou com outros períodos da história económica portuguesa. O início da II Guerra Mundial coincidiu com um mau ano agrícola em 1939-40. Depois, o país cresceu fortemente durante o conflito, com uma expansão do PIB real entre 19% e 30% em 1940-44, em parte por causa das exportações para as potências beligerantes, em especial de volfrâmio, que permitiu um excedente comercial histórico em 1942. A pressão internacional impôs o fim da exportação deste minério em 1944, o que, coincidindo com a mais longa seca de que há registo em Portugal continental (entre 1943 e 1946), contribuiu para uma recessão em 1944-45.

1. CONTEXTO INTERNO E EXTERNO

O período que vai de 1939 até 1945 foi marcado pela II Guerra Mundial e pelo seu impacto em toda a economia mundial. Portugal manteve-se neutro no conflito militar, apesar de vários ataques a embarcações portuguesas no Atlântico e da ocupação de Timor (primeiro pelos Aliados e depois pelo Eixo). O país manteve relações comerciais com os dois lados do conflito, mas as disrupções ao comércio internacional e a escassez de bens fizeram-se sentir de forma intensa, embora menos do que na I Guerra Mundial.

Nas relações comerciais diretas com os beligerantes destaca-se, em julho de 1940, o acordo entre Banco de Portugal e o Banco de Inglaterra, com Portugal a conceder crédito ilimitado e com período de graça até ao fim do conflito para as compras britânicas de bens nacionais. O saldo em 1945 era de cerca de 80 milhões de libras esterlinas. Destacou-se, também, o volfrâmio (tungsténio), exportado em avultadas quantidades até junho de 1944 quando, sob pressão diplomática, Portugal cessou por completo a exportação (oficial) deste minério para ambos os lados.

A política monetária tinha como alvo o câmbio fixo em relação ao dólar (em 1 dólar por 25 escudos) e os preços estavam estáveis antes da guerra. Seguindo o que era imposto pelo padrão ouro, e à imagem do que acontecia nos EUA, a política monetária entre 1939 e 1945 foi expansionista: a massa monetária em circulação cresceu 300% e a taxa de redesconto do Banco de Portugal caiu continuamente de 4% até 2% (o valor mais baixo do século). A inflação foi elevada, pelo que as taxas de juro reais foram negativas durante todo o período, mas os depósitos bancários cresceram em

linha com a massa monetária. No fim do conflito, os depósitos na banca nacional reduziram-se significativamente e surgiu o receio de um choque deflacionista que causasse uma recessão. O Banco de Portugal respondeu cortando a cobertura em ouro ou divisas da emissão de notas de 100% para 50%, assim como com outras políticas restritivas para controlar a inflação (Amaral, 2018). Ao contrário do que tinha acontecido na I Guerra Mundial, os preços regressaram aos valores estáveis do pré-guerra, sobretudo depois de 1947.

A política orçamental manteve como alvo a política anterior de equilibrar as contas públicas. Isto foi posto à prova nesta altura, com o défice público a chegar aos 1,4% do PIB em 1945, o maior défice do Estado Novo. Do lado das despesas, os gastos militares reais aumentaram 60% durante o conflito (Silva Lopes, 2005), em resultado do envio de contingentes militares para Cabo Verde, Açores e Madeira. Do lado das receitas, houve uma forte redução das receitas aduaneiras por causa da quebra nas importações. Para fazer face à situação, foram introduzidos três impostos extraordinários: uma sobretaxa aos rendimentos do trabalho, um imposto sobre os lucros excepcionais de guerra e um imposto sobre as exportações de volfrâmio. Entre 1939 e 1944, o stock de dívida pública em circulação aumentou em 30%, sendo a maior parte dos títulos absorvidos pelo sistema bancário.

Por fim, no que respeita à política económica, no seguimento da Lei de Reconstituição Económica de 1935 e do seu ambicioso plano de investimentos públicos, entre 1943 e 1945 publicaram-se três importantes leis complementares: a lei de nacionalização de capitais exigindo que 60% do capital das empresas promotoras de projetos de investimento de interesse fundamental fosse português, a lei da eletrificação e a lei do fomento industrial. Entre os projetos anunciados encontravam-se a barragem de Castelo de Bode, a edificação de mais de 8000 escolas (Plano dos Centenários) e a construção de mais de 40 mil quilómetros de estrada, triplicando a rede viária nacional. No entanto, os constrangimentos da guerra levaram a que a maioria destes investimentos fosse adiado para depois do conflito. Eles desempenharam, no entanto, um papel importante no salto do investimento público que, em 1945, contribuiu para que o final do conflito não causasse uma recessão em Portugal.

2. AS TRÊS FONTES DE CHOQUE À ECONOMIA

As restrições aos abastecimentos

No quadro da economia de guerra, entre 1939 e 1945, houve grandes entraves à importação de bens de consumo e investimento que eram essenciais para a economia portuguesa. A importação de combustíveis foi especialmente dificultada e o transporte marítimo foi largamente interrompido, afetando todas as cadeias de abastecimento. A importação de certas matérias-primas que rareavam nos mercados internacionais, e cujos preços dispararam, ficou sujeita a autorização governamental prévia, enquanto a importação de automóveis e artigos de luxo foi oficialmente suspensa.

Simultaneamente, vigoraram medidas de contenção das exportações de bens essenciais, como estanho, alcatrão, certos químicos, manteiga ou queijo.

A escassez de bens levou a uma política de racionamentos que afetou as condições de vida no país. Os racionamentos aos combustíveis foram particularmente notórios; por exemplo, a partir do verão de 1941, a circulação e o abastecimento de veículos automóveis foram interditados em três dias da semana. No comércio, o bacalhau, o azeite, o sabão, o óleo e o açúcar são exemplos de produtos sujeitos a racionamento, que foi imposto através de um sistema de senhas trimestrais. Simultaneamente, o leite, o bacalhau e outros produtos essenciais viram os seus preços administrativamente controlados. Nas cidades, as autoridades voltaram a permitir a criação de galináceos e coelhos nos quintais, varandas e pátios.

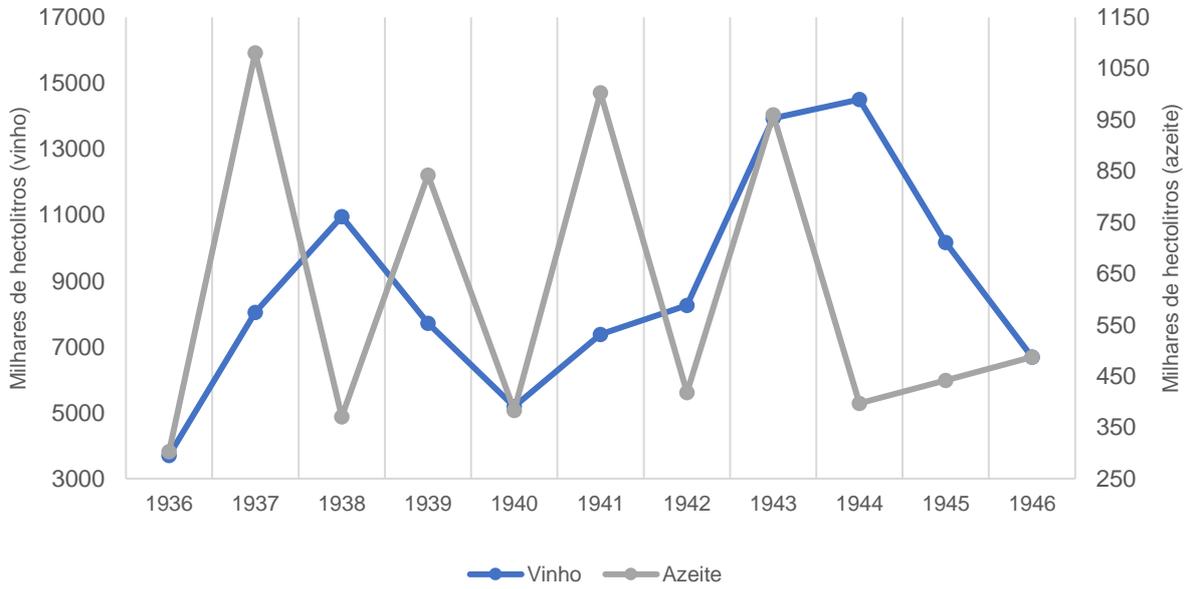
Os racionamentos intensificaram-se com o prolongar do conflito. A partir de março de 1942, a energia elétrica e o gás foram racionados em todo o país. Em Lisboa, o consumo de carvão foi restringido no frio inverno de 1944-45. Nos meses finais do conflito, um quarto das locomotivas das empresas ferroviárias estava parado por falta de combustível. Por sua vez, entre fins de 1942 e inícios de 1943, há registos de greves nos transportes públicos e nas cinturas industriais de Lisboa e de Almada-Barreiro, assim como nos polos industriais de S. João da Madeira e Silves. Com o fim do conflito, os racionamentos foram gradualmente levantados nos meses subsequentes. Em novembro de 1945, a imprensa da época já relatava normais disponibilidades de combustíveis e descidas significativas dos preços nas bombas de gasolina.

A meteorologia e más colheitas: 1940, 1942 e 1944-45

Durante este período, o setor agrícola gerava 33% do PIB e absorvia 53% do emprego. Em 1940, uma campanha de contrassafra na azeitona coincidiu com um mau ano vitivinícola, em virtude das chuvas tardias e de algumas pragas. Como mostra a **figura 1**, a produção de azeite caiu 54% em relação ao ano anterior e a produção de vinho reduziu-se em 32%

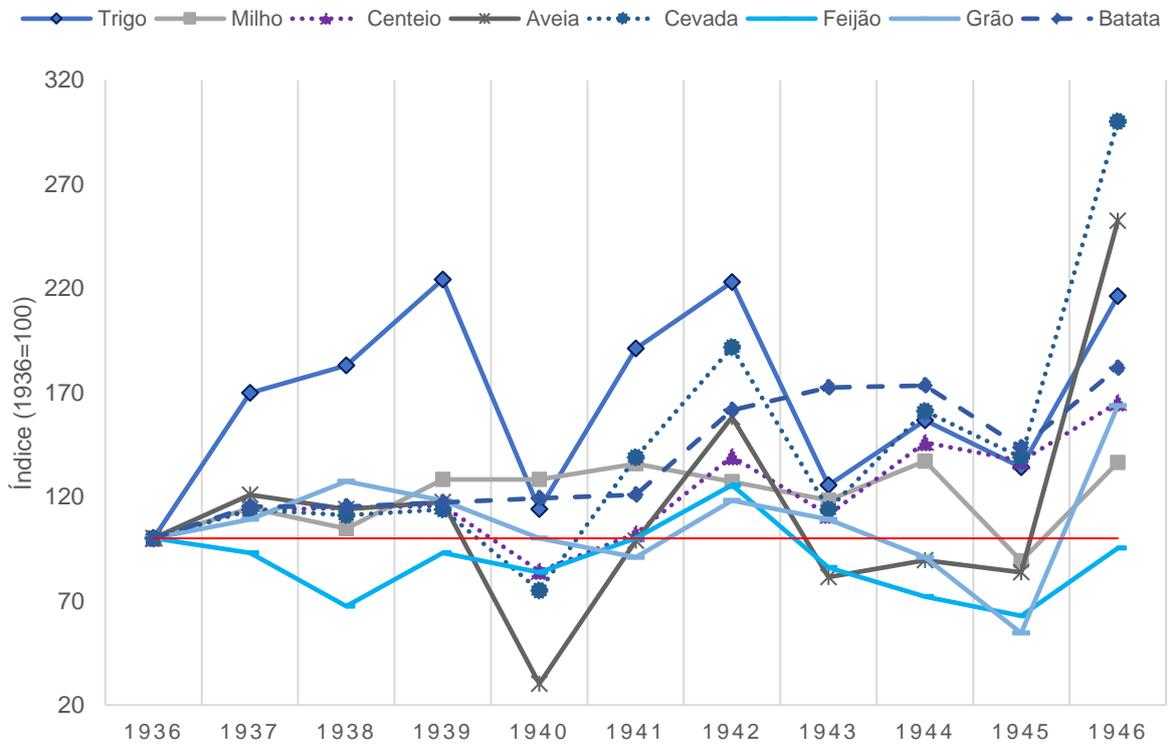
As campanhas cerealíferas de 1940 também foram más, associadas a chuvas tardias que danificaram as sementeiras. Como revela a **figura 2**, a colheita de trigo de 1940 caiu 50% face ao ano anterior e mais de 60% em relação à colheita histórica de 1934. A resposta da política agrícola foi um incremento do subsídio à produção do trigo e a facilitação de linhas de crédito para a mecanização do processo produtivo na campanha subsequente. Também em 1940, a aveia, o centeio e a fava registaram quedas na produção de 74%, 25% e 50%, respetivamente. A produção cerealífera manteve-se volátil nos anos seguintes, com uma recuperação até 1942, seguida de uma quebra até 1945. Porém, a tendência não foi de crescimento para nenhuma cultura, algo que a falta de adubos importados e de sementes de maior qualidade (que tinham sido introduzidas na década anterior) talvez possa explicar.

Fig. 1 - CICLOS DO VINHO E DO AZEITE



Fonte: Valério (2001).

Fig. 2 - COLHEITAS AGRÍCOLAS



Fonte: Valério (2001).

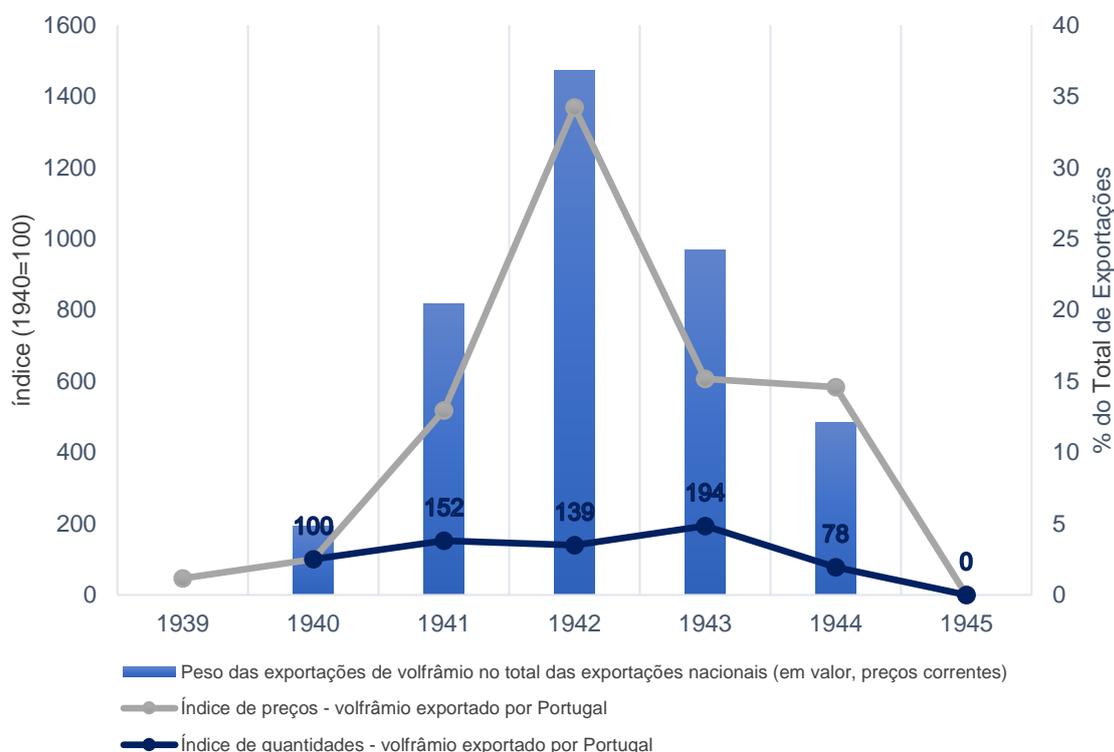
Em termos meteorológicos, o inverno de 1941 foi marcado por intempéries, mais notoriamente o ciclone de 15 de fevereiro de 1941, com centenas de mortos e feridos por todo o país, em particular no vale do Tejo. Violentas rajadas e inundações destruíram casas, florestas e culturas um pouco por todo o país, com relatos de danos no Ribatejo, em Coimbra, no Minho ou no Algarve. Perderam-se ainda várias embarcações, um pouco por todo o litoral.

A produção de vinho estagnou entre 1941 e 1942, apesar de haver grande disparidade entre regiões. Para além de fatores naturais, houve também dificuldades em importar pesticidas e fungicidas. A produção do azeite, que era uma das colheitas mais importantes, caiu 58% em 1942 em relação a 1941. Embora a exportação do azeite já estivesse restringida desde o início da guerra, as autoridades públicas adquiriram, no último trimestre de 1942, todo o stock nacional de azeite a preço tabelado, procurando garantir o seu regular abastecimento. Nos cereais, as produções de arroz e de milho caíram 12% e 6%, respetivamente, mas, em sentido contrário, a produção de trigo teve em 1942 o seu máximo desde o pico de 1939.

As exportações e o boom do volfrâmio português: 1941-44

Entre 1941 e 1944 teve lugar o boom histórico do volfrâmio português, retratado na **figura 3**. Em janeiro de 1942, celebrou-se o primeiro contrato oficial de fornecimento, com a Alemanha, prevendo o fornecimento de 2.800 toneladas por ano. O acordo de comércio com os Aliados de setembro de 1942 previa um montante de 4.000 toneladas/ano. Ambos acordos foram sucessivamente revistos durante o conflito.

Fig. 3 - O "BOOM" DO VOLFRÂMIO PORTUGUÊS



Fonte: Nunes (2010).

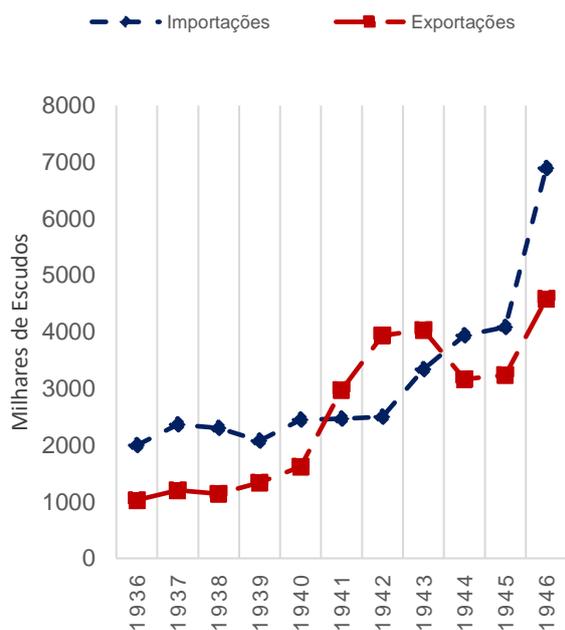
Nota: registos cobrem apenas as exportações oficiais de volfrâmio.

O minério de volfrâmio, até então pouco significativo na estrutura exportadora nacional, foi exportado em 1942 a um preço médio 32 vezes superior àquele a que fora vendido em 1938 (Banco de Portugal). Se, em 1940, se contavam 324 explorações de onde volfrâmio poderia ser extraído, este número atingiu os 746 em 1944 (Instituto de Minas). Entre 1939 e 1944, Portugal comercializou 10,5% do volume total de volfrâmio transacionado à escala global, sendo, de longe, o maior produtor no continente europeu (Nunes, 2010). Em quantidades, as cerca de 3.400 toneladas exportadas em 1940 cresceriam para perto de 6.700 em 1942. Este foi o pico do boom do volfrâmio, com o mineral a representar quase 40% das exportações nacionais em valor (Nunes, 2010). O controlo estatal era forte, em particular no comércio externo, onde estavam estabelecidos avultados direitos de exportação por quilograma e a fiscalização do mercado negro era apertada.

O período de 1941-43 constituiu uma exceção histórica no comércio externo português pelos excedentes da balança comercial e pelo papel de credor que Portugal assumiu em relação ao Reino Unido (figura 4). Não fosse o volfrâmio e a balança comercial portuguesa teria visto, provavelmente, o seu saldo negativo agravar-se. Também o consumo privado terá beneficiado do efeito no rendimento da venda de volfrâmio, oficial ou clandestino. A decisão de interromper o comércio legal deste minério em junho de 1944 traduziu-se numa forte contração da balança comercial, que retornou em 1945 aos seus crónicos défices, impondo uma forte quebra da

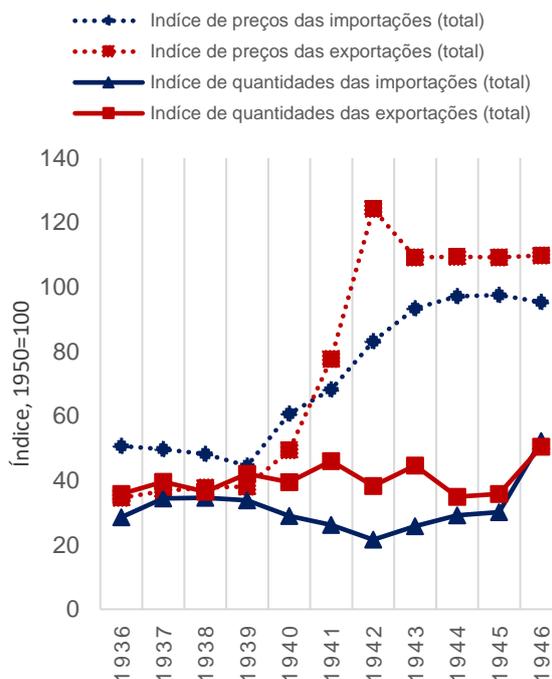
dinâmica económica nacional em período de guerra. Porque o comércio ilegal de volfrâmio continuou, as quebras na balança comercial e na produção provavelmente não foram tão grandes como nas estatísticas oficiais.

Fig. 4 - COMÉRCIO EXTERNO - VALOR NOMINAL



Fonte: Valério (2001).

Fig. 5 - COMÉRCIO EXTERNO - ÍNDICE



Fonte: Lains (2003).

Em volume, o comércio externo português contraiu-se durante o período 1939-1945 de um modo geral (figura 5). Os preços individuais eram muito voláteis. Nas importações, em 1942, a gasolina importada por Portugal subira 206% em relação a 1938, os adubos agrícolas tinham encarecido 80%, e o algodão 96% (no mesmo período). Do lado da exportação, entre 1938 e 1942, as cortiças viram o seu preço aumentar entre 110% e 205%, os vinhos 78% e as conservas de peixe entre 50% e 80% (Banco de Portugal, 1942). No entanto, sem transporte marítimo, duas das principais exportações portuguesas, a cortiça e ovinho do Porto, enfrentaram dificuldades de escoamento, reduzindo a contribuição que tinham para a balança comercial.

3. CALIBRAÇÃO DE PICOS E DE CAVAS

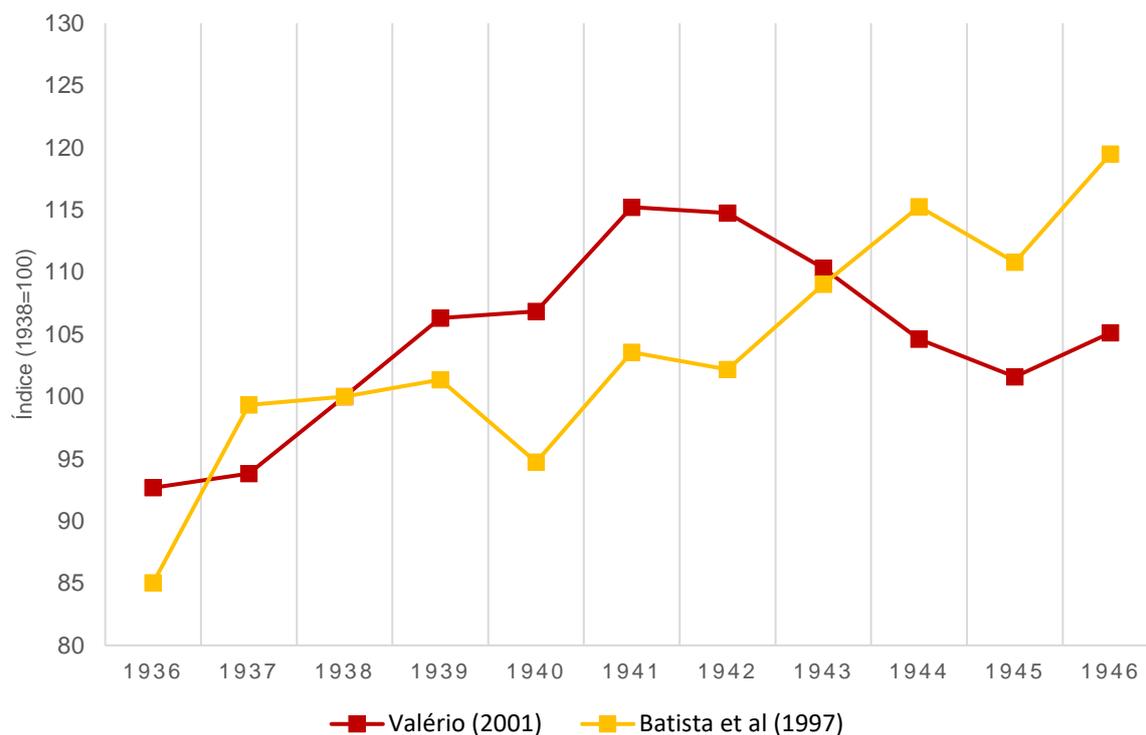
O ciclo económico deste período tem características únicas, que apenas têm paralelo na I Grande Guerra. Isto resulta das consequências de um período de guerra, com as suas limitações ao comércio internacional, a volatilidade nos preços das matérias-primas e o racionamento, assim como de vários maus anos agrícolas e do excecional boom do volfrâmio.

O início das restrições e racionamentos, de origem externa, coincidiu com um mau ano agrícola em 1939-40, fazendo de 1940 um ano de cava. O PIB caiu 6% nesse ano, de acordo com uma das séries, e parou um ritmo de crescimento elevado nos dois anos anteriores, de acordo com a outra (**figura 6**). Quase toda a quebra veio do setor agrícola, confirmando a origem agrícola desta recessão (**figura 7**). Por sua vez, a decomposição pela ótica da despesa revela que é no consumo que está a grande fatia desta recessão, consistente com o racionamento (**figura 8**). Em 1941, o início do boom do volfrâmio e a recuperação das colheitas contribuem para o fim rápido desta recessão.

Embora a atividade económica tenha abrandado em 1942, não houve suficiente co-movimento entre os principais setores, nem dentro do setor agrícola, para confirmar uma recessão. Apenas o arroz e o milho, entre os cereais, parecem sofrer quebras expressivas, que coincidem com um ano de contrassafra na produção olivícola. Em sentido oposto, as importantes culturas do trigo, da aveia e do centeio registaram aumentos da produção. A produção vinícola, que tinha um peso grande na economia da altura, aumentou ligeiramente. O excedente comercial externo foi excecionalmente elevado, patrocinado pelo volfrâmio, e contribuiu decisivamente para poupar o país a uma recessão em 1942.

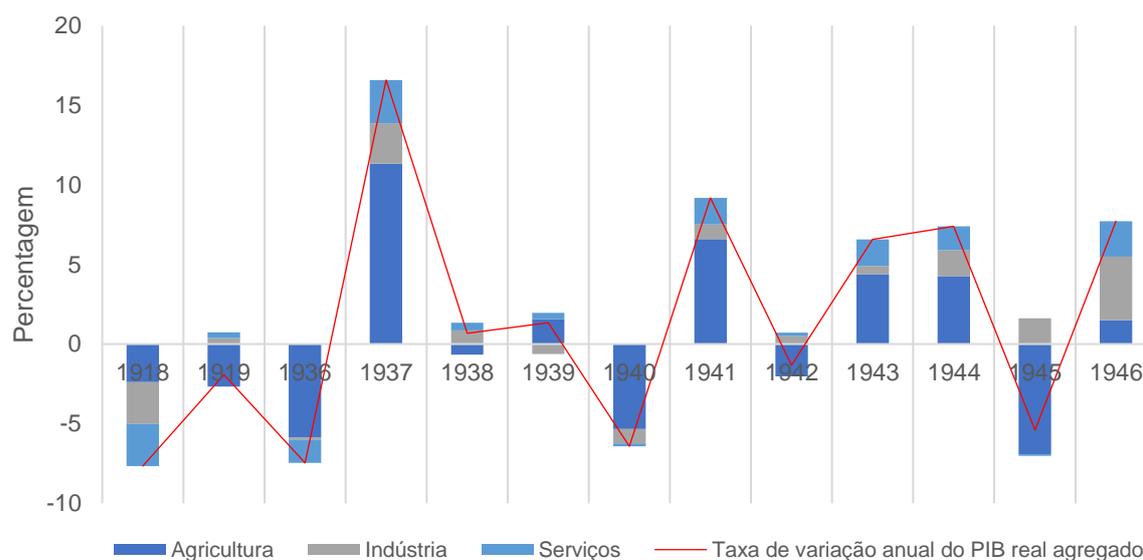
Todavia, o armistício no continente europeu, em 1945, traduziu-se por uma nova (curta) recessão em Portugal, com cava em 1945. O fim da exportação de volfrâmio decretada em 1944, por pressão política externa, terminou uma importante fonte de receitas do país. Por sua vez, entre o outono de 1943 e a primavera de 1946, ocorreu a mais longa seca de que há registos até hoje. As culturas mais dependentes de regadio, como o feijão ou o milho, atingiram mínimos decenais na colheita de 1945.

Fig. 6 - PIB REAL (AGREGADO) SEGUNDO DUAS SÉRIES



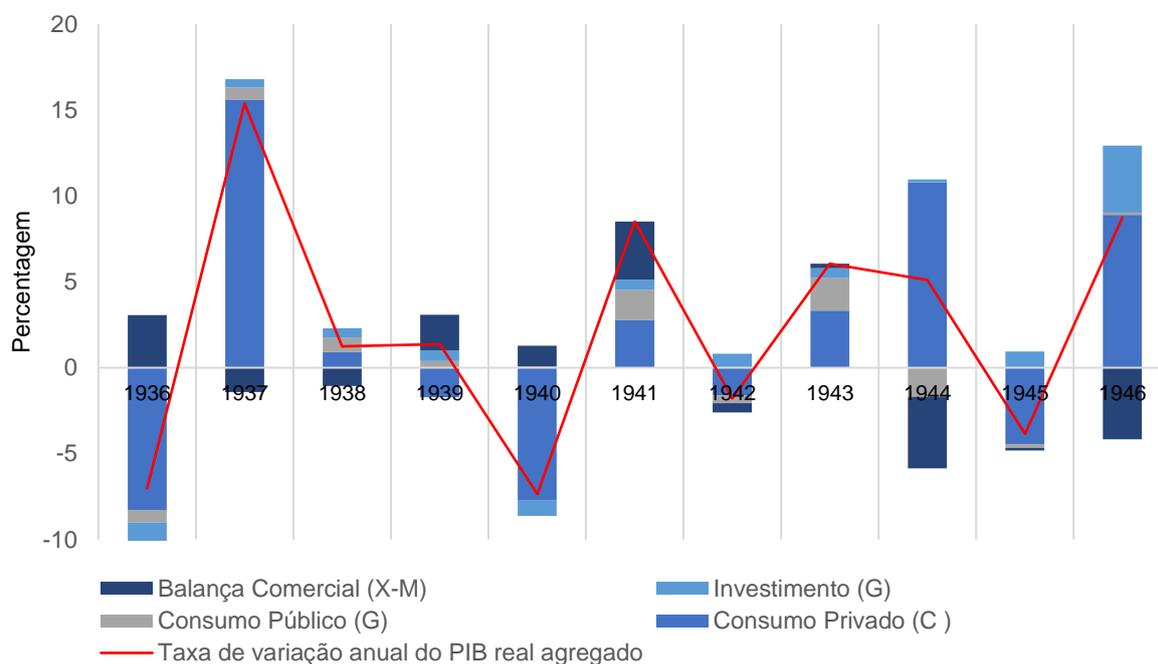
Fontes: Batista et al (1997): PIB nominal em Batista et al (1997). Valério (2001): PIB nominal em Valério (2001), retirado de Valério (1998). A cada série é aplicado o deflador implícito da respetiva fonte.

Fig. 7 - COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (SETORES)



Fonte: Lains (2003), com base em Batista et al (1997)..

Fig. 8 - COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO PIB REAL AGREGADO (ÓTICA DA DESPESA)



Fonte: Batista et al (1997).

O PIB caiu nas duas séries em 1945 (**figura 6**). Naturalmente, foi no setor da agricultura que esteve concentrada a maior parte da redução do PIB (**figura 7**). A produção dos diferentes setores, por seu turno, ainda se revelava dessincronizada, fruto da incipiente industrialização do país, que não contemplava, ainda, mecanismos de mercado suficientemente estabelecidos que propiciassem um co-movimento entre indústrias. No entanto, o declínio da indústria extrativa foi compensado pela expansão das indústrias transformadoras, pelo que o produto industrial como um todo contribuiu positivamente para o crescimento do PIB entre 1941 e 1946. O Comité destaca que a recessão não foi mais profunda porque o investimento recuperou rapidamente, em parte pelo lado do investimento público em vários projetos (da Lei de Reconstituição Económica) que tinham sido adiados, foram relançados em 1945, e cuja contribuição é visível na **figura 8**.

Tal como na I Guerra Mundial, o nível de preços aumentou bastante, duplicando durante o tempo de conflito e, portanto, acompanhando a inflação nos EUA. No entanto, a manutenção da indexação ao dólar e o esforço de política monetária e orçamental nesse sentido permitiram que a inflação estabilizasse imediatamente em 1945. Assim, a âncora nominal em Portugal permaneceu sólida, contribuindo para que a recessão de 1944-45 não se prolongasse, ao contrário do que aconteceu após a I Grande Guerra, e permitindo até uma expansão económica que se prolongaria até 1951.

4. CONCLUSÃO

O ciclo económico português durante a II Guerra Mundial foi simultaneamente afetado pelas tradicionais questões relacionadas com o ciclo agrícola, cuja volatilidade tipicamente dominava o ciclo económico, assim como pelas vicissitudes da economia de guerra. Durante todo o período, a forte contração do comércio externo e a consequente falta de produtos e matérias essenciais e o racionamento de muitos bens de consumo levam a um período difícil para a população.

Em 1939, o início das hostilidades coincidiu com as más colheitas de 1940 e a economia entrou em recessão. No período 1940-1944 houve uma expansão da produção, com a contribuição decisiva do saldo da balança comercial, impulsionado pelas exportações do volfrâmio e pelo aumento generalizado dos preços dos bens exportados. Também a agricultura registou boas colheitas, sobretudo em 1941 e 1943. Esta expansão não foi generalizada a todos os setores e não esteve associada a uma melhoria clara das condições de vida, sendo condicionada pelos constrangimentos à economia de mercado (racionamentos, condicionamento industrial, controlos de capitais) e pela reduzida industrialização do país.

Porém, a partir do outono de 1943 a generalidade do território continental entrou numa seca que debilitou algumas colheitas logo em 1944 e causou uma quebra mais generalizada e profunda em 1945. Nesse ano, Portugal já não exportou volfrâmio, surgindo uma nova recessão. Ao mesmo, o impulso do investimento público em 1945 contribuiu para que a recessão fosse curta, com uma cava logo em 1945.

REFERÊNCIAS CITADAS NO TEXTO

(Para uma lista mais completa das fontes, ver a nota metodológica)

1. Amaral, Luciano (2018). "A Monetary Plethora and What to Do With it: the Bank of Portugal During The Second World War and the Postwar Period." *Economic History Review*, 71 (3), pp. 795-822.
2. Banco de Portugal, (1936-1946). "Relatórios do Conselho de Administração". Lisboa: anco de Portugal.
3. Nunes, João (2010). "O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947): Actividade Mineira, "Grande Depressão" e Segunda Guerra Mundial." Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
4. Silva Lopes, José. "Capítulo 8 - Finanças Públicas." In: Lains, Pedro e Ferreira da Silva, Álvaro (coord.) (2005). "História Económica de Portugal 1700-2000", volume 3. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.